

RESUMO

PRÁTICAS COMERCIAIS DESLEAIS

Protecção do Consumidor

A presente dissertação tem como propósito analisar a relevância das práticas comerciais desleais, lesivas dos interesses económicos dos consumidores, tomando como referência o princípio da defesa do consumidor.

Assim, no estudo efectuado pretende-se expor a problemática no âmbito da aplicação da Directiva 2005/29/CE, nomeadamente, a sua máxima harmonização e a sua cláusula geral proibitiva.

A concretização deste regime, para a ordem jurídica portuguesa, é efectuada através do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de Março, que em respeito pela harmonização máxima, transpõe, *ipsis verbis*, a directiva comunitária, o que resulta, igualmente, na subsunção das suas controvérsias.

Abordamos quais são as práticas comerciais desleais em geral e as práticas comerciais desleais em especial. Nesta última categoria, esclarecemos o que são práticas enganosas e práticas agressivas. Destacamos os «sistemas de promoção em pirâmide» na medida em que se torna pertinente esclarecer o funcionamento destes esquemas, ofensivos dos interesses económicos do consumidor.

Concluindo, a transposição integral do normativo comunitário suscita dúvidas que possibilita pôr em risco o equilíbrio entre a liberdade empresarial e a protecção do consumidor. Averiguamos, contudo, que uma harmonização máxima debilitada poderá ser colmatada por um consumidor mais informado e formado. Apesar das questões levantadas à cerca deste regime, a protecção do consumidor não deixa de se encontrar assegurada.

SUMMARY

UNFAIR COMMERCIAL PRACTICES

Consumer Protection

The current investigation has the main goal to analyze the relevance of the unfair commercial practices harmful to the economical consumers' interests, taking as a reference the consumer's principle.

Therefore, it is set within this study to expose the problematic issue in which concerns the application of Directive 2005/29/CE, mainly relating its maximum harmonization and its general forbidding clause.

The fulfilling of this regime to the Portuguese juridical order is processed by Decree-Law n. ° 57/2008 of March, 26th, which in respect for the maximum harmonization, transposes, *ipsis verbis* the communitarian directive, which results also on the subsumption of their controversies.

Approaching what are the unfair commercial practices in general and unfair commercial practices in particular. In this last category, we clarify the misleading and aggressive practices. Featuring the "promotion pyramid systems" as it is pertinent to clarify how these systems function, as they are offensive of economical consumer's interests.

In conclusion, the full implementation of these community legislative raises doubts that put in risk the balance between enterprise freedom and consumer's protection. Nevertheless, it was found out that a debilitated maximum harmonization can be overcome by a more informed and cultivated consumer. Despite of all the questions raised about this regime, consumer's protection does not fail to be guaranteed.